

POLÍTICA A 45 GRAUS

JOSÉ MARIA PIMENTEL

POLÍTICA A 45 GRAUS

*Das diferenças entre esquerda e direita
aos desafios do populismo e da polarização*



BERTRAND EDITORA
Lisboa 2022

ÍNDICE

| | |
|----------------|----|
| Prefácio | 13 |
| Prólogo | 17 |

Parte I

PORQUE NOS DIVIDE A POLÍTICA?

| | |
|--|----|
| Introdução | 25 |
| Capítulo 1: Porque temos visões políticas tão diferentes? | 31 |
| (COM FRANCISCO MENDES DA SILVA E MARGARIDA PEDROSO LIMA) | |
| Diferenças de personalidade | 33 |
| Diferenças de valores — a Teoria dos Pilares Morais | 41 |
| Dos seis pilares morais às três principais visões políticas | 46 |
| Capítulo 2: Esquerda e direita: origem e evolução (COM RUI TAVARES) | 55 |
| Origem histórica | 55 |
| Uma primeira clivagem | 59 |
| Evolução das ideias políticas, outros eixos e divisões | 61 |
| Capítulo 3: Uma viagem pelas palavras dos convidados..... | 67 |
| (COM ADOLFO MESQUITA NUNES, DANIEL OLIVEIRA, FRANCISCO MENDES DA SILVA, ISABEL MOREIRA, MÁRIO AMORIM LOPES E PEDRO LOMBA) | |
| As esquerdas..... | 67 |
| As direitas | 70 |

| | |
|---|-----|
| <i>O liberalismo</i> | 72 |
| <i>O conservadorismo</i> | 77 |
| De novo as esquerdas..... | 91 |
| Desigualdade económica | 93 |
| «Causas fracturantes»..... | 107 |
| Das «causas fracturantes» à nova «política identitária» | 112 |
| | |
| Capítulo 4: Para lá da divisão esquerda-direita | 125 |
| (COM ADOLFO MESQUITA NUNES, DANIEL OLIVEIRA, FRANCISCO MENDES DA SILVA, PEDRO LOMBA E RUI TAVARES) | |
| O regresso da divisão cosmopolitismo <i>versus</i> nacionalismo..... | 126 |
| O regresso do autoritarismo e a crescente polarização | 137 |
| | |
| Conclusão | 139 |
| | |
| Epílogo | 141 |
| (COM DANIEL OLIVEIRA) | |
| As verdades menos intuitivas da visão conservadora..... | 141 |
| «Acontece frequentemente que duas posições conflitantes, ao invés de serem uma verdadeira e a outra falsa, partilham a verdade entre elas»..... | 144 |
| «Mantenha a mente aberta, mas não a ponto de o cérebro cair» | 145 |
| Repensando a minha visão política | 145 |
| Para lá dos valores | 147 |

PARTE II

PORQUE ESTÁ O POPULISMO A CRESCER E A POLÍTICA MAIS POLARIZADA?

| | |
|--|-----|
| Introdução | 151 |
| | |
| Capítulo 1: Quem são e o que defendem os novos populistas (COM PEDRO MAGALHÃES E SUSANA PERALTA)..... | 155 |
| A nova vaga de populismo | 155 |
| Que defendem os populistas? | 158 |
| Que explica o crescimento do populismo? | 163 |

| | |
|---|-----|
| <i>Causas económicas</i> | 168 |
| <i>Causas socioculturais</i> | 176 |
| <i>Reacção anti-sistema</i> | 180 |
| <i>O aumento da polarização e relação com o populismo</i> | 184 |
| Capítulo 2: Dois casos emblemáticos..... | 187 |
| (COM CLÁUDIO COUTO, JOEL PINHEIRO DA FONSECA E MAFALDA PRATAS) | |
| Os Estados Unidos: a eleição de Donald Trump em 2016..... | 187 |
| O Brasil: a eleição de Jair Bolsonaro em 2018..... | 198 |
| Capítulo 3: E o papel da Internet e das redes sociais?..... | 215 |
| (COM CLÁUDIO COUTO, DESIDÉRIO MURCHO, JOEL PINHEIRO DA FONSECA E RICARDO ARAÚJO PEREIRA) | |
| Ainda o Brasil..... | 215 |
| Mudanças na forma como a informação é produzida e difundida..... | 221 |
| Mudanças no modo como consumimos informação e na forma como socializamos — a tribalização da política..... | 229 |
| A radicalização da esquerda (e o caso do humor)..... | 238 |
| Capítulo 4: Ideias para reformar a democracia..... | 253 |
| (COM CARLOS MOEDAS, DESIDÉRIO MURCHO, JOEL PINHEIRO DA FONSECA E PEDRO MAGALHÃES) | |
| Há aspectos positivos no crescimento do populismo?..... | 254 |
| O populismo representa um perigo para a democracia?..... | 258 |
| As pessoas já não valorizam a democracia liberal?..... | 261 |
| As redes sociais são boas ou más para a democracia?..... | 264 |
| Reformar a democracia liberal..... | 274 |
| Conclusão..... | 293 |
| Epílogo..... | 295 |
| Agradecimentos..... | 299 |
| Notas..... | 301 |

CAPÍTULO 1

PORQUE TEMOS VISÕES POLÍTICAS TÃO DIFERENTES?

Qualquer sociedade é composta por indivíduos com origens sociais, percursos de vida e maneiras de ser distintos, e essas diferenças influenciam inevitavelmente a forma como cada um de nós olha para a política. Afirmar este facto, em abstracto, é quase uma banalidade. Reconhecê-lo em relação a nós próprios é, contudo, bem menos confortável, pois implica admitir que as nossas opiniões sobre determinado tema nunca serão produto unicamente de um julgamento racional, neutro e imparcial, mas influenciadas pelas nossas origens, pela nossa personalidade e pelos nossos valores.

Foi, por isso, surpreendente o modo franco como Francisco Mendes da Silva, advogado, antigo dirigente do CDS-PP e assumido conservador, descreveu, na conversa que gravámos, a origem do seu pensamento político:

Francisco Mendes da Silva (FMS): Quando me pedem para definir os meus princípios políticos, tenho sempre alguma relutância em começar pelo fim, ou seja, pelo modo como os sinto hoje. Porque, para mim, o contexto em que a pessoa forma o seu pensamento político é determinante.

Eu aderi ao CDS com 15 anos, e ninguém com essa idade tem os princípios absolutamente definidos. Ninguém andou a ler figuras do conservadorismo como [Edmund] Burke [filósofo político] ou São Tomás de Aquino [teólogo da Idade Média e defensor do aristotelismo], nem possui sequer as bases teóricas necessárias para um pensamento sobre a política. Mas a verdade é que eu senti, naquele momento, um impulso ideológico

que me levou a aderir ao CDS. Eu não tenho nenhuma tradição familiar de direita, ou sequer do CDS, mas sou da geração d'O *Independente*, e aquele jornal foi muito marcante para mim; lembro-me de ser miúdo, por volta dos 12 anos, e começar a ler *O Independente* e a ver o Paulo Portas e o Miguel Esteves Cardoso na televisão. A verdade é que aquilo que eles diziam soava-me a qualquer coisa. Fazia muito sentido, identificava-me com aquilo. Talvez nem fosse tanto a mensagem política em si, mas o estilo, a abordagem deles, no fundo, uma coisa mais subjectiva.

Depois, houve um momento muito marcante no meu percurso ideológico, quando li — foi talvez a leitura mais seminal para mim — o prefácio do Miguel Esteves Cardoso à sua colectânea de crónicas *Os Meus Problemas*. Só mais tarde é que descobri que aquilo é basicamente decalcado do ensaio «On Being Conservative» do [filósofo político Michael] Oakeshott. Naquele prefácio, ele fala, tal como o Oakeshott, do que é ser um conservador por disposição, antes de o ser ideologicamente. Por isso, aquilo nem era propriamente um texto político, mas lembro-me de ler e pensar logo: «Isto sou eu.» Não o que eu era politicamente, mas sim *psicologicamente*. É o tipo de coisa que tu lês e, naquele momento, só pensas: «Este gajo está a falar de mim.»

Nesse texto, o Miguel Esteves Cardoso fala da ideia do conservadorismo justamente como predisposição psicológica. E usa uma analogia que quem tem filhos bebés (ou quem se lembra da sua infância) compreende: «o conservador é como aquele bebé que faz birra para entrar no banho, mas que, depois de já lá estar, faz birra para não sair.» Eu, no fundo, sou precisamente assim na política: sou como o bebé que faz birra para entrar no banho, mas que depois, quando o querem tirar de lá, quando querem fazer mudanças grandes, diz: «Calma, há aqui coisas que podem ser salvaguardadas.»

Portanto, foi a partir desta altura da minha vida que eu comecei a identificar-me como conservador. Depois, mais tarde, houve o momento marcante de quando aderi à Juventude Popular do CDS (fui para lá sobretudo porque era o partido para o qual se dizia que o Paulo Portas ia...); foi aí que comecei a desenvolver mais o estudo sobre os princípios conservadores, com os amigos que fiz lá, e a criar uma visão mais fundamentada sobre a política.

No entanto, a verdade é que, se quiser ser rigoroso, eu hoje sou de direita sobretudo por causa daquele contexto inicial em que cresci — de ler *O Independente* e ver o Miguel Esteves Cardoso e o Paulo Portas na

televisão — e por causa daquelas primeiras leituras que me marcaram. Não porque tenha havido propriamente um momento em que eu tenha decidido: «Bem, agora vou tirar seis meses para estudar os princípios políticos de todas as ideologias para escolher o meu.» Por isso, foi sobretudo, na origem, uma adesão por *empatia*, quase que por categorias emocionais, de me aproximar daquelas pessoas que eu admirava, com quem mais me identificava.

Francisco Mendes da Silva tem neste trecho a honestidade de reconhecer que a sua visão política enquanto adulto é, em grande medida, produto das experiências que teve enquanto crescia e, de forma ainda mais fundamental, das suas características psicológicas. Foi esse temperamento particular que o convidado viu, inesperadamente, reflectido nas palavras de um autor, Miguel Esteves Cardoso. (Francisco Mendes da Silva não está sozinho — provavelmente, já todos passámos pela mesma situação desconcertante de nos vermos surpreendidos ao ler alguém que é capaz de transformar num discurso coerente um aspecto da nossa personalidade que até aí não tínhamos sido capazes de articular.)

Aquilo que o convidado revela sobre si — que a sua *predisposição* conservadora emergiu muito antes de conseguir formar uma visão política estruturada e fundamentada — aplica-se, como iremos ver ao longo das próximas páginas, a todos nós. De facto, o modo como olhamos para a política resulta em grande parte, mais do que de uma análise objectiva e neutra dos factos, daquilo que consideramos ser certo ou errado; justo ou injusto; bom ou mau. E essa predisposição, por seu lado, é influenciada de forma determinante pela nossa personalidade e pelos nossos valores.

Ao longo das próximas páginas, tentaremos compreender melhor de onde vêm estas facetas da nossa psicologia individual e de que modo elas influenciam a nossa visão em relação à política.

Diferenças de personalidade

Os valores que consideramos mais importantes afectam marcadamente a nossa visão política, uma vez que determinam aquilo que

entendemos como certo e errado, e o modo como julgamos as atitudes e o comportamento dos outros membros da comunidade política. Para compreender o modo como diferentes valores levam a visões políticas diversas, temos, todavia, de dar um passo atrás para perceber o papel das diferenças de personalidade. A nossa personalidade — a maneira como pensamos e sentimos — não só influencia directamente a forma como processamos as ideias discutidas em política como tem também um papel relevante na nossa moral e, por conseguinte, nos valores que consideramos mais importante defender na sociedade.

A personalidade resulta de uma combinação intrincada entre factores biológicos e ambientais — ou seja, entre aquilo que está *escrito* no nosso genoma individual e as experiências por que passamos até à idade adulta.⁷

O nosso genoma é, em termos simples, como um livro que traz as instruções para o nosso desenvolvimento, nas quais se inclui, claro, a própria arquitectura do nosso cérebro. Termos genes distintos leva, assim, a que o cérebro de cada um de nós traga, à nascença, o seu próprio conjunto de predisposições inatas. E estas irão influenciar o modo como reagiremos às experiências que tivermos ao longo do nosso crescimento. Podem tornar-nos, por exemplo, mesmo enquanto bebés, mais (ou menos) reactivos à percepção de potenciais perigos ou gerar reacções mais positivas (ou negativas) quando expostos a mudanças e novas experiências.

Este temperamento⁸ inato de que o nosso genoma nos dota ajuda, assim, a formar a nossa personalidade futura. Mas essa influência não é rígida ou determinística. Numa analogia feliz do cientista cognitivo Gary Marcus⁹, o cérebro de um recém-nascido é como um livro cujos capítulos (isto é, a nossa personalidade e outras características psicológicas) são apenas esboços, rascunhos parcialmente preenchidos. O facto de nascermos com esses rascunhos está longe de ser irrelevante, visto que eles condicionarão aquilo que as experiências podem acrescentar ao livro. Mas o papel dessas experiências tem uma influência grande e pode gerar resultados muito distintos. Por outras palavras, o temperamento inato que resulta do nosso genoma *restringe* a forma que poderá tomar a nossa personalidade futura, mas os limites que impõe são suficientemente amplos para que a nossa personalidade possa seguir

caminhos muito diversos e para que as experiências que temos ao longo da vida tenham uma influência decisiva no resultado final.

A escrita final dos capítulos do livro que constitui a nossa personalidade necessita, por isso, de ambas as componentes: genética e experiência (*nature* e *nurture* na terminologia clássica deste debate antigo). Por essa razão, elas são, na prática, indestrinçáveis, pelo que não é possível isolar o papel de cada uma. E, por isso, investigadores que se dedicam a comparar o papel dos genes e das experiências na personalidade humana focam-se não em tentar isolar o contributo de cada componente, mas em aferir em que medida as variações de personalidade entre as pessoas correspondem a diferenças ao nível dos genes ou de experiências de vida.¹⁰

No caso das preferências políticas dos indivíduos, a investigação sugere que os genes são responsáveis por entre um terço e metade da variação que se observa na população.¹¹ Metade das diferenças apenas por conta dos genes com que nascemos — e que, por consequência, não podemos mudar — não é pouco, mas este número deixa às experiências de vida um papel tão ou mais importante na determinação da nossa visão política. Incluem-se nas experiências que ajudam a determinar a nossa personalidade (que se considera ficar mais ou menos estável a partir do momento em que chegamos à idade adulta)¹² tudo aquilo a que somos expostos enquanto crescemos. Abarca-se aqui, por exemplo, as experiências relacionadas com o nosso meio familiar (a educação que recebemos em casa, a relação com os pais, os tipos de conversa que ouvíamos)¹³, a escola (o que aprendemos, a relação que formamos com professores e colegas, os amigos que fizemos) e mesmo os livros que lemos ou os filmes que vimos.

Na prática, porém, a nossa personalidade é mais do que o simples produto entre genes e experiências de vida. Isto acontece, porque o nosso temperamento (vindo dos genes) também influencia o *tipo* de vivências que teremos. Logo desde que nascemos, o modo como interagimos com os outros (pais, educadores, etc.) gerará destes uma resposta particular, encorajando determinados comportamentos e contrariando outros, e influenciando desta forma o modo como esse temperamento se manifesta. Se mostrarmos desde cedo que adoramos experiências novas, é possível que os nossos pais tentem estimular essa

predisposição, por exemplo, comprando brinquedos diferentes, de maneira que contribuam para desenvolver ainda mais essa faceta do nosso temperamento. Da mesma forma, se, na creche, mostrarmos que temos uma certa sensibilidade para a arrumação e a ordem, é provável que a educadora comece a dar-nos tarefas que estimulem essa faceta. No entanto, também é possível, em ambos os casos, que os nossos pais ou educadores escolham, ao invés, contrariar essas predisposições. Vemos, assim, como o nosso temperamento influencia, pelas reacções que suscita naqueles com quem convivemos, as próprias experiências por que passamos.

A nossa personalidade resulta, portanto, da combinação e interacção entre os nossos genes e as experiências que temos ao longo da vida. A diversidade da genética humana e a enorme heterogeneidade de contextos de vida leva a que exista em qualquer população uma multiplicidade de traços de personalidade e pessoas que parecem, para determinada característica, estar nos antípodas uma da outra. Mas será possível agrupar, de alguma forma, os traços de personalidade mais comuns entre os seres humanos?

A taxonomia com maior validação empírica nesta área¹⁴ é a do Modelo dos Cinco Factores¹⁵, que organiza os traços de personalidade em torno de cinco grandes eixos, cada um deles correspondendo a um conjunto de características de personalidade distintas, mas que tendem a coexistir no mesmo indivíduo. Segundo este modelo, a personalidade de cada pessoa pode ser representada pelo seu posicionamento em cada um dos cinco eixos, sendo eles:

- Abertura a novas experiências (inventivo/curioso *versus* consistente/cauteloso);
- Conscienciosidade (empenhado/organizado *versus* despreocupado/desleixado);
- Extroversão (expansivo/energético *versus* solitário/reservado);
- Amabilidade (cordial/empático *versus* crítico/insensível);
- Neuroticismo (sensível/nervoso *versus* resiliente/confiante).

Assim, no caso, por exemplo, do factor de extroversão, podemos ter um valor elevado e ser alguém extremamente sociável ou, pelo

contrário, um valor baixo, associado a uma preferência por valorizar o tempo sozinho. Todavia, tal como acontece com a maioria das características humanas (físicas ou psicológicas), a distribuição da população ao longo de cada um destes eixos da personalidade segue uma curva normal (isto é, em forma de sino), pelo que é muito mais provável estarmos perto da média do que em qualquer um dos extremos.

A investigação nesta área tem demonstrado que os traços de personalidade podem ser usados, até certo ponto, para prever o desempenho académico, o cuidado com a saúde, as escolhas amorosas e ainda, o que é especialmente relevante para o nosso caso, as preferências políticas das pessoas.

Há sobretudo dois entre os cinco factores que vimos acima que mostram uma correlação positiva e robusta com a sensibilidade política dos indivíduos: a abertura a novas experiências e a conscienciosidade. A investigação indica que alguém com uma visão política de esquerda tem maior probabilidade de ter também uma elevada «abertura a novas experiências», enquanto uma pessoa que se identifica como de «direita» (conservadora) tenderá a ter um grau de conscienciosidade acima da média.¹⁶

A relação destes dois traços de personalidade com a orientação política das pessoas fica evidente quando consideramos o modo como influenciam a forma de pensar dos indivíduos e, por conseguinte, a maneira como olham para as ideias defendidas por cada lado do espectro político.

Uma pessoa com elevada abertura a novas experiências tenderá a ser alguém intelectualmente curioso, criativo, com gosto e facilidade em explorar pensamentos abstractos, com sensibilidade para a arte e com apetência para a mudança e para experiências variadas. Como corolário, essa pessoa tenderá a ter maior facilidade (e gosto) em imaginar configurações diferentes para a sociedade, tais como aquelas que marcam mais a agenda da esquerda — desde o aumento do salário mínimo ao casamento entre pessoas do mesmo sexo ou à adopção de *linguagem inclusiva* —, e a não temer as mudanças que isso implicaria. Alguém com gosto por variedade e pela expressão artística inclinar-se-á também a aproximar-se do tipo de sociedade que a esquerda defende devido à sua tendência para a aversão à autoridade, por privilegiar objectivos não-materiais e pela receptividade em relação a

comportamentos sociais não convencionais. Já uma pessoa com baixa abertura a novas experiências — assumindo constantes os outros traços de personalidade — tenderá a sentir-se menos atraída pela diversidade e por ideias de reconfiguração da sociedade, o que a torna menos receptiva às propostas típicas da esquerda.

Alguém com conscienciosidade elevada, por seu lado, será, por norma, organizado, prudente, disciplinado e ambicioso. Uma pessoa com estas características terá tendência, por isso, a tomar o mundo tal como ele é (com as normas sociais e a forma de organização económica que existem) e a esforçar-se para ser, dentro dessa configuração, o mais cumpridora e bem-sucedida possível. A associação destas características de personalidade a uma predisposição política de direita é fácil de entender: uma pessoa conscienciosa tenderá a privilegiar o esforço e o mérito, e a ser refractária em relação a mudanças que perturbem a ordem social. Isto acontece por mais do que um motivo. Por um lado, quaisquer mudanças, por mais justas que sejam, implicam uma perturbação da ordem da sociedade. Por outro, o efeito dessas mudanças no imediato é equivalente a uma alteração, a meio do jogo, das regras que aquela pessoa havia tomado por adquiridas e dentro das quais havia feito o seu melhor para ser bem-sucedida. Para alguém consciencioso — sobretudo se tiver baixa abertura a novas experiências — é, por conseguinte, especialmente importante que a sociedade se conserve dentro das normas instituídas, de modo que, com disciplina, ponderação, sentido de dever e ambição possa alcançar o que pretende.¹⁷ Como veremos ao longo desta Parte I, estes dois traços de personalidade ajudam-nos a compreender as diferenças no modo como as pessoas olham para a discussão de ideias na política.

Os traços que o Modelo dos Cinco Factores identifica descrevem, no entanto, apenas uma parte da verdadeira personalidade de cada um de nós. Isto sucede, porque se baseiam naquilo que alguns autores denominam «psicologia do estranho» — as características que conseguimos identificar nas pessoas com quem interagimos, analisando-as a partir de fora. Por esse motivo, trata-se de descrições inevitavelmente superficiais para retratar a multiplicidade de facetas que compõem a personalidade de cada um de nós e a profundidade dos nossos estados mentais.

Conversei sobre outros aspectos da personalidade humana — e sobre o modelo de Dan McAdams, o qual integra o Modelo dos Cinco Factores com essas dimensões adicionais — com Margarida Pedroso Lima. A convidada é professora na Faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra e tem investigado precisamente na área da Psicologia da Personalidade.

Margarida Pedroso de Lima (MPL): O Modelo dos Cinco Factores explica uma parte importante da personalidade humana. No entanto, nas últimas décadas, fomos percebendo que para compreender uma pessoa, na sua complexidade e coerência, seria importante integrar outras perspectivas.

Um dos metamodelos mais interessantes que tentam integrar diferentes perspectivas/teorias sobre a nossa personalidade é o de Dan McAdams. Ele propõe que para compreender uma pessoa na sua totalidade temos de olhar para três níveis de análise da personalidade.

O nível 1 corresponde aos traços que o Modelo dos Cinco Factores identifica: um conjunto de predisposições, de tendências, com uma forte componente genética. Isto é, aquilo que temos à partida. Mas essas predisposições são tendências, não são determinantes. Aqui, entra o nível 2, que diz respeito ao que fazemos com essas predisposições que trazemos «de origem».

José Maria Pimentel (JMP): Isso depende de se temos um objectivo maior?

MPL: Exactamente, isso vai depender das nossas motivações: dependendo das motivações que temos, podemos, por exemplo, estimular as predisposições que já temos ou, pelo contrário, contrariá-las.

Por isso, eu posso olhar para uma pessoa e reparar em determinados aspectos da sua personalidade. Mas isto, por si só, não me diz se aquilo corresponde a uma predisposição dela (nível 1) ou se é algo que se esforçou para ser (nível 2). Por exemplo, imagina uma pessoa que tem predisposição para ser tímida e que tem de fazer uma apresentação importante ao presidente da empresa. Obviamente, esse traço de personalidade vai dificultar-lhe a vida. No entanto, na realidade, há muitas pessoas que, mesmo sendo tímidas, conseguem fazê-lo (e fazem-no até muito bem) — isso acontece, porque têm uma motivação forte que as leva a aperfeiçoar essa característica e a encontrar mecanismos de defesa para contrariar essa predisposição. Ou seja, claro que, se tu tiveres o projecto

de subir na carreira nesta empresa, ajuda ser empreendedor e ter uma facilidade natural em falar à vontade com pessoas das chefias; mas, se fores muito motivado, isso pode compensar essa predisposição natural.

Portanto, as nossas motivações (o nível 2) vão determinar o modo como os nossos traços (nível 1) se expressam na prática. Só que, olhando de fora, eu não consigo compreender porque alguém está a agir de determinada maneira: se é uma predisposição ou outro factor. Só consigo saber se a pessoa mo disser. Esta é uma diferença importante deste nível 2.

Portanto, temos os traços, as motivações e falta ainda o nível 3, a que McAdams chamou «narrativas de vida». Este nível está relacionado com as histórias que criamos para nós próprios para dar sentido e propósito à nossa vida, está intimamente relacionado com a nossa identidade.

JMP: Vamos interpretando as nossas experiências e os comportamentos que tivemos para dar sentido à nossa vida.

MPL: Exactamente. Essas histórias têm que ver com as experiências marcantes que tivemos ao longo da vida e com a maneira como enquadrámos essas memórias (independentemente da exactidão factual dessa narrativa) na forma como nos posicionamos no mundo e na nossa visão de nós próprios para nos sentirmos bem, coerentes. É o nível do sujeito enquanto autor — aquele que elabora a sua narrativa identitária. O nível do ser.

E quando não conseguimos dar esse sentido, o que é que acontece? Depressão — é a ausência de sentido, quando não consigo ter uma narrativa que me dê sentido à minha existência. Aliás, a todos — nós mesmo não estando propriamente com uma depressão no sentido psicopatológico, mas estando tristes — já nos aconteceu perder alguma coisa, por exemplo, o nosso namorado sem perceber bem porquê, e de repente a nossa vida fica sem sentido. Nas minhas consultas, ouço este discurso regularmente. E sei que esta pessoa só vai ficar bem quando conseguir encontrar uma narrativa integradora das experiências ocorridas.

JMP: Que pode até ser uma ilusão.

MPL: Pode perfeitamente ser uma ilusão, mas que a salve, que lhe dê sentido. Por exemplo: «Já arranjei outro namorado e até é muito melhor.» Há uma tentativa de salvar a nossa identidade, a nossa pessoa, a nossa personalidade.

Portanto, em suma, o que McAdams propõe é que só podemos compreender verdadeiramente a personalidade de alguém conjugando estes três níveis: um primeiro nível dos nossos traços, as nossas predisposições

naturais, mas adaptáveis e flexíveis; um segundo nível, em que, para tentar levar a cabo as nossas motivações, vamos desenvolver ou contrariar estes traços de origem; e, por fim, o nível das «narrativas de vida», as histórias que criamos para nós próprios para dar sentido às escolhas que fizemos e às experiências que temos e, assim, dar propósito à nossa vida.

Diferenças de valores — a Teoria dos Pilares Morais

As narrativas de vida que compõem o terceiro nível da personalidade humana do modelo de McAdams são uma componente fundamental na ligação entre a nossa personalidade juvenil e a nossa identidade política enquanto adultos, uma vez que estão intimamente ligadas aos valores que consideramos mais importantes.

Socorremo-nos muitas vezes destas narrativas de vida para dar sentido à nossa visão sobre temas políticos concretos. Por exemplo, se formos mais de esquerda, é possível que dêmos grande valor na nossa história de vida ao momento em que adquirimos sensibilidade em relação à luta dos trabalhadores ou à situação de uma minoria oprimida e decidimos tomar partido nessa luta. Por seu lado, se nos aproximarmos mais da direita (conservadora), é possível que tenham mais peso no modo como nos vemos memórias ligadas à comunidade ou à família, ou situações em que fomos recompensados (ou, injustamente, não o fomos) pelo nosso esforço ou pela nossa persistência.

A maneira como olhamos para a política é também influenciada pelos temas específicos com que contactámos durante os nossos anos formativos. Com efeito, se pensarmos nas principais questões que ouvimos discutir nesse período das nossas vidas, estas moldaram fortemente — pelas ideias que vimos serem defendidas e pela reacção que em nós geraram — a forma como olhamos hoje para a política. As ideias com que contactámos nesse período dependem do nosso meio social, do local em que crescemos e da geração a que pertencemos, entre outros factores.¹⁸

A conjugação entre os nossos genes, as experiências por que passamos e as narrativas de vida que construímos para nós próprios ajudam, assim, a determinar o conjunto de valores que consideramos mais

importantes e que queremos ver promovidos ou preservados na sociedade e, portanto, na política.

Será possível, tal como fizemos para os traços de personalidade, organizar a variedade de valores da moralidade humana num número manuseável de dimensões? É isso mesmo que se propõe fazer a Teoria dos Pilares Morais, um modelo desenvolvido por um grupo de psicólogos sociais e culturais, Jonathan Haidt, Craig Joseph e Jesse Graham¹⁹, a partir do trabalho do antropólogo cultural Richard Shweder, e popularizado no livro de Haidt, *The Righteous Mind*. Segundo esta taxonomia, podemos explicar a variação que encontramos nos valores entre culturas e entre indivíduos com base num conjunto de seis pilares morais.

A Teoria dos Pilares Morais surgiu da tentativa dos autores de responder a uma pergunta simples: porque é que, apesar de a moral variar ao longo da História e entre geografias, encontramos também aspectos comuns nos valores de diferentes comunidades humanas? A explicação que propõem é que a mente humana possui um conjunto de mecanismos psicológicos morais universais — os tais *pilares morais* —, sobre os quais cada comunidade constrói as suas concepções morais e culturais. Por sua vez, a combinação entre a nossa genética, as experiências por que passamos ao longo da vida e aquilo que fazemos delas ditará o peso que cada um de nós dá a cada pilar moral e o conjunto específico de valores que considera mais importantes.

A teoria propõe também uma explicação sobre o processo cognitivo que usamos para produzir julgamentos morais. Segundo os autores, quando emitimos juízos deste tipo sobre uma determinada situação concreta com que somos confrontados, fazemo-lo de forma imediata, automática. O modo como reagimos resulta, por isso, de um raciocínio intuitivo, muito mais do que de um julgamento ponderado dos factos, e essa intuição tem origem nos nossos valores. A nossa mente cria, porém, a ilusão de que estes juízos resultam de uma análise cuidada e racional, uma vez que somos bastante hábeis em encontrar, *a posteriori*, argumentos aparentemente lógicos para fundamentar as opiniões que defendemos. Os pilares morais que o modelo propõe são, assim, numa analogia sugerida por Haidt, como *papilas gustativas morais*: tal como aquelas que temos na língua nos permitem avaliar o sabor da comida, também estes *sensores morais* geram em nós uma intuição imediata

— positiva ou negativa —, sobre uma qualquer afirmação que lemos no jornal, um comportamento de outrem ou mesmo, como veremos, sobre uma proposta de um partido político.²⁰

Os investigadores postulam que as predisposições morais correspondentes a cada pilar surgiram em resultado do processo evolutivo da nossa espécie, visto que oferecem soluções para um leque de desafios sociais que eram recorrentes no ambiente ancestral de caçadores-recolectores, no qual vivemos a maior parte do nosso tempo evolutivo. Esses desafios sociais eram variados e podiam dizer respeito tanto a interações com outros elementos da tribo como à necessidade de união dentro do grupo, num ambiente de competição com outras tribos.

Podemos, por isso, dividir os seis pilares morais em dois grupos distintos: três pilares compõem a ética da comunidade, que terá surgido para manter a coesão do grupo e lidar com conflitos (efectivos ou potenciais) com outras tribos; e outros três integram a ética da autonomia, cuja origem estará em gerir as relações dos indivíduos com outros membros da mesma tribo.

Começemos pela ética da autonomia, que é composta pelos pilares da protecção, proporcionalidade e liberdade²¹:

- Protecção. Este pilar tem origem, segundo os autores, na nossa longa evolução enquanto espécie altricial (em que os filhos têm um período de desenvolvimento longo até atingir a maturidade, durante o qual necessitam da protecção da família). Esta especificidade humana tornou necessário desenvolvermos sistemas psicológicos de vinculação em relação aos que nos são mais próximos. Levou-nos, em particular, a apurar a capacidade de empatia, isto é, de sentir como nossa a dor dos outros. A empatia que sentimos dirige-se mormente aos que nos são próximos (filhos, família, tribo), mas pode aplicar-se também — como verificamos hoje em dia — àqueles que *sentimos* como próximos, como as populações vítimas de genocídio num continente distante.
- Proporcionalidade. O pilar da proporcionalidade tem origem na necessidade de garantir o altruísmo recíproco dentro do nosso grupo. O processo de evolução da nossa espécie dotou-nos,

simultaneamente, de uma grande capacidade cooperativa e de uma sensibilidade apurada para detectar quem faz «batota», ou seja, quem recebe mais do que aquilo que deu ou não retribui aquilo que lhe demos. Este pilar moral cria, portanto, em nós uma sensibilidade especial que visa garantir a *proporcionalidade*, ou seja, que aquilo que damos a alguém (um bem material ou o nosso esforço, por exemplo) nos é retribuído. Este pilar gera, por isso, valores como o mérito, mas também a justiça laboral (de onde se intui já algo que veremos em maior pormenor abaixo — que o pilar moral da proporcionalidade é interpretado de forma muito diversa entre esquerda e direita).

- **Liberdade.** As raízes evolutivas deste último pilar da ética da autonomia são, segundo os investigadores, a necessidade que os nossos antepassados tiveram de desenvolver uma sensibilidade apurada para detectar sinais de comportamento de dominação da parte de outros elementos da tribo. Para compreendermos a origem da nossa aversão à opressão, é necessário ter em conta que o ambiente em que viviam os caçadores-recolectores era relativamente igualitário (contrastando com a norma bastante mais hierárquica dos nossos antepassados mais remotos, ainda hoje visível nas outras espécies primatas)²². Este pilar da liberdade está, assim, relacionado com reacções de aversão e ressentimento quando a nossa liberdade é retirada ou restringida por outrem — seja ele alguém com poder dentro da comunidade ou um grupo de indivíduos. Em alguns casos, esta antipatia em relação a agressores e dominadores motiva as pessoas a unirem-se, em solidariedade, para se oporem a essa ameaça. Este pilar está, desta forma, associado aos valores da liberdade e autonomia individual.

Estes três pilares da ética da autonomia são os que têm, hoje, maior visibilidade na moralidade do espaço público da maioria das democracias. Isto acontece, porque vivemos em sociedades de tipo *WEIRD*²³ (ou seja, ocidentais, escolarizadas, industrializadas, prósperas e democráticas), nas quais os desafios mais salientes da vida em comunidade dizem respeito, não a conflitos entre grupos, mas a relações entre

indivíduos: garantir a liberdade individual, promover a equidade no trabalho e proteger os mais vulneráveis.

No entanto, o segundo grupo de pilares morais — a ética da comunidade — continua a ser relevante nas sociedades actuais e a estar presente nos valores de cada um de nós. Incluem-se aqui os pilares da lealdade, autoridade e sacralidade:

- Lealdade. Este pilar surgiu da necessidade, ao longo da evolução da nossa espécie, de manter o grupo unido e funcional perante ameaças externas, em particular de outras tribos. Nas sociedades modernas, encontramos este pilar associado a virtudes como o patriotismo, a solidariedade em relação a compatriotas e, de forma mais abrangente, ao espírito de sacrifício pelo grupo (visível de forma particularmente exuberante no desporto).
- Autoridade. Este pilar tem origem no nosso passado evolutivo mais remoto, durante o qual vivemos em ambientes muito hierárquicos. Está, assim, associado ao respeito pela autoridade (considerada legítima) e pela tradição, e a virtudes como a capacidade de liderança, a honra, a devoção ou o espírito de missão. Nas sociedades actuais, manifesta-se, em particular, no respeito pela hierarquia (seja na família, nas organizações ou na política) e pelas instituições tradicionais (como a Igreja), bem como na defesa dos *valores da família* (respeito a pais e avós, deveres de filhos). A lógica colectiva e hierárquica do pilar da autoridade coloca-o, como veremos à frente, em tensão com o da liberdade, provocando efeitos muito visíveis na política.
- Sacralidade. Este é, talvez, entre os seis pilares morais, aquele com uma origem menos evidente. Os autores teorizam que terá na base as sensações de repulsa, universais na espécie humana, que evoluíram para prevenir a contaminação. Esse medo da contaminação começou por se dirigir a elementos físicos (agentes patogénicos), mas foi, ao longo da nossa evolução, estendendo-se a aspectos psicológicos, como comportamentos ou ideias que possam perturbar a estabilidade do grupo. O pilar moral da sacralidade é, assim, visível em muitas religiões que enfatizam a virtude de viver de forma nobre e de resistir aos prazeres carnisais,

um princípio que tem subjacente a ideia de que «o corpo é como um templo», passível de ser profanado por actividades e contaminantes imorais. Quando conjugado com o pilar da lealdade, este pilar pode gerar uma sensibilidade extrema à percepção de ameaças advindas da entrada no grupo de pessoas externas e, por conseguinte, está associado a sentimentos xenófobos. Note-se, todavia, que este pilar pode exprimir-se pela positiva quando o imputamos a objectos (como a bandeira do país), a figuras (como um santo) ou mesmo a ideias (como a sacralidade da vida humana) de um valor extremo e inquestionável.

Em suma, a teoria dos pilares morais identifica um conjunto de seis pilares universais na espécie humana — protecção, proporcionalidade, liberdade, lealdade, autoridade e sacralidade —, sobre os quais cada comunidade constrói a sua moralidade, e cada indivíduo, com base na sua genética e experiências de vida, os valores concretos que são para si mais importantes.

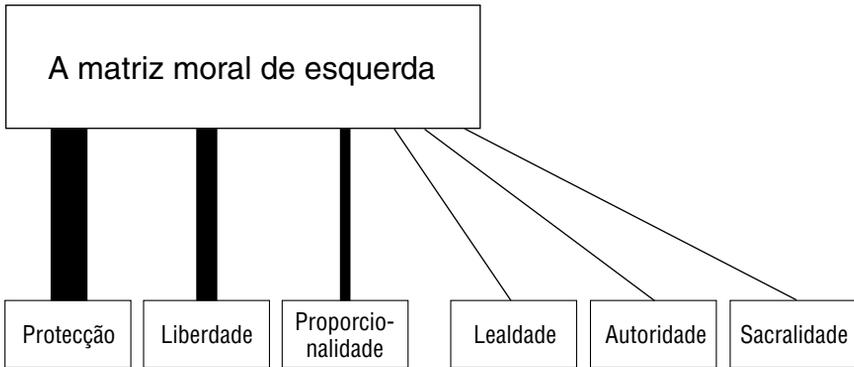
E os nossos valores — aquilo que consideramos ser certo ou errado; justo ou injusto; bom ou mau — influenciam o modo como olhamos para a política, pelo que não espanta que a investigação destes autores identifique uma correlação entre a sensibilidade de cada indivíduo aos seis pilares morais e a sua ideologia.²⁴

Dos seis pilares morais às três principais visões políticas

Para mostrar de que modo os seis pilares estão presentes na política contemporânea, os autores destacam três matrizes morais, correspondentes aos valores das três visões políticas mais relevantes no espaço público dos países estudados²⁵ — que são também, *grosso modo*, as três tradições de pensamento político mais relevantes nas democracias ocidentais: de esquerda, conservadora e liberal.²⁶ Mais à frente, elas ajudar-nos-ão a compreender melhor as visões políticas dos vários convidados.

Começemos pela matriz moral da esquerda. Esta visão política caracteriza-se por colocar em primeiro lugar o pilar da protecção,

seguido dos da liberdade e da proporcionalidade. Já os três pilares da ética da comunidade — lealdade, autoridade e sacralidade — têm nesta matriz moral um peso diminuto.



Fonte: Adaptado de Jonathan Haidt, *The Righteous Mind: Why Good People Are Divided by Politics and Religion*, Nova Iorque, Vintage Books, 2012, p. 351.

A combinação entre os três pilares mais importantes na matriz moral da esquerda ajuda a explicar as causas políticas mais representativas desta visão política. A ênfase nos pilares da protecção e da liberdade — associada ao reduzido peso dado aos pilares da ética da comunidade — dota a visão da esquerda de uma moral universalista, sensível às vítimas de opressão e de injustiça existentes na sociedade para lá da família e da comunidade mais próxima. Por isso, para alguém de esquerda, a missão fundamental da política inclui corrigir injustiças sociais, proteger os mais pobres e eliminar a opressão sobre as minorias. Encontramos também nesta visão marcas do padrão cognitivo associado ao traço de personalidade da abertura a novas experiências, o qual, como vimos acima, está associado a uma predisposição para imaginar configurações novas e diferentes para a sociedade.

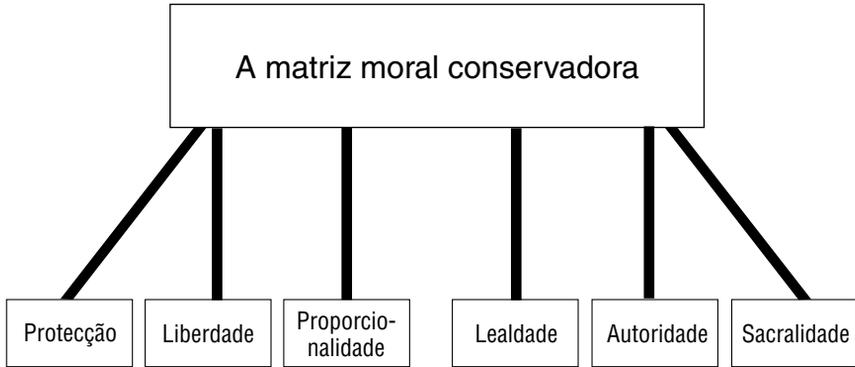
A ênfase da esquerda no pilar da liberdade leva também a que seja, tipicamente, avessa ao poder e à autoridade, que identifica em instituições hierárquicas consideradas injustas e opressoras, como foram historicamente os casos da monarquia ou da Igreja, ou mesmo em determinadas práticas culturais. Conjugada com o peso que tem na sua matriz moral o pilar da protecção, esta aversão da esquerda à

autoridade projecta-se também numa sensibilidade particular em relação ao poder económico detido, na sociedade, pelos mais ricos e, na economia, pelos detentores do capital. Daqui se compreende a preocupação da esquerda em relação à desigualdade na distribuição do rendimento e da riqueza, pois é vista não apenas como algo injusto, mas também como conferindo aos que mais têm um poder desmesurado na sociedade.

A esquerda europeia (e a portuguesa em particular) terá, porventura, uma sensibilidade maior ao pilar da lealdade ao grupo do que resulta desta descrição, visto que tem uma influência ideológica mais vincada do movimento socialista, com a sua tónica na acção colectiva, em comparação com o que sucede com o campo progressista nos EUA, no qual os investigadores se baseiam mais. As principais causas da esquerda são, todavia, no essencial, transversais às democracias ocidentais e coincidem com o retrato que sobressai da matriz moral representada na figura acima: a defesa da justiça no mundo do trabalho (pilar da proporcionalidade), a implementação de políticas de *protecção* social (protecção) e aversão à opressão por instituições discriminadas ou pelo poder económico (liberdade). A preocupação com estas causas explica, como veremos mais à frente, o aparente paradoxo de a esquerda olhar para o Estado — a derradeira autoridade nas sociedades contemporâneas — com bons olhos. Isto acontece, pois só o Estado dispõe do alcance e dos meios para, enquanto meio de acção colectiva dos cidadãos, implementar estas políticas.

A matriz moral conservadora é, como seria de esperar, muito distinta da da esquerda. Encontramos duas diferenças principais entre as duas. Por um lado, a moral conservadora é sensível ao conjunto dos seis pilares, pelo que, ao contrário da moral da esquerda, é sensível também aos três pilares da ética de comunidade: lealdade, autoridade e sacralidade. Por outro lado, entre os pilares da ética da autonomia, a moral conservadora é mais sensível do que a da esquerda ao da proporcionalidade, mas menos aos pilares da protecção e da liberdade, embora também os valorize.

O facto de a moral conservadora valorizar os pilares da ética comunitária leva a que se preocupe com a protecção da coesão cultural e moral da comunidade política, o que é visível na preocupação em



Fonte: Adaptado de Jonathan Haidt, *The Righteous Mind: Why Good People Are Divided by Politics and Religion*, Nova Iorque, Vintage Books, 2012, p. 357.

preservar práticas e instituições tradicionais, como a Igreja, a família tradicional (com os papéis que surgem associados a cada género ou faixa etária) e os símbolos e práticas que unem a comunidade.

Adicionalmente, a combinação entre esta ênfase na ética comunitária e, do lado da ética da autonomia, a elevada sensibilidade (comparativamente à moral da esquerda) ao pilar da proporcionalidade leva a que a moral conservadora dê também uma importância especial às virtudes da honestidade, do espírito de trabalho e da responsabilidade individual.

Encontramos na visão conservadora elementos evidentes do modo de pensar associado ao traço de personalidade da conscienciosidade, nomeadamente, tomar o mundo tal como ele é, com as suas normas sociais, e esforçar-se para ser, dentro dessa configuração, uma pessoa o mais cumpridora e bem-sucedida possível.

A moral conservadora tem, assim, uma visão da política muito distinta da da esquerda. Na sua perspectiva, a política deve concentrar-se acima de tudo em proteger as tradições, preservar os símbolos que unem a comunidade, defender a família, incutir nos membros da comunidade uma ética de responsabilidade individual e resgatar o país das amarras burocráticas do Estado. Numa versão mais extremada, esta matriz moral gera também uma preocupação especial em retirar benefícios sociais a quem não merece e punir os criminosos.

Esta é, no essencial, a matriz moral dos partidos da direita conservadora nas democracias ocidentais. Olhando para a realidade específica

de Portugal, é possível especular que o peso dos pilares da ética comunitária na visão dos partidos de direita é — ou era até há pouco tempo — menor do que vemos na figura acima. É razoável, por exemplo, afirmar que a dimensão do pilar lealdade é mais fraca na direita portuguesa do que na de outras geografias, o que se explica por o país ser étnica e culturalmente mais homogéneo do que a norma dos países europeus e ter dos níveis de criminalidade mais reduzidos do mundo. Seja como for, o leque de valores da direita portuguesa coincide no essencial, como veremos ao longo desta Parte I, com o retrato que sobressai da matriz moral conservadora que acabámos de ver.

As matrizes morais da esquerda e do conservadorismo são, assim, muito distintas. Esse contraste é particularmente visível nos três pilares aos quais ambas as visões são sensíveis — proporcionalidade, protecção e liberdade —, devido ao peso distinto que têm nas duas matrizes morais bem como pelo facto de a moral conservadora os integrar no âmbito de uma sensibilidade aos pilares da ética da comunidade.

O pilar da proporcionalidade é particularmente saliente na política das democracias modernas, na qual a posição social e o rendimento dos indivíduos dependem, em grande parte, da sua posição no mercado de trabalho. A sensibilidade da esquerda a este pilar, ao surgir associada aos pilares da protecção e liberdade, projecta-se numa preocupação com os elementos da sociedade que têm menos poder (os trabalhadores ou as minorias) e com a defesa destes perante os poderosos (os privilegiados, os ricos ou os donos do capital).

Na moral conservadora, este pilar tem um peso ainda mais relevante do que na da esquerda. Todavia, aqui, a combinação com a importância que a moral conservadora dá aos pilares da ética da comunidade materializa-se numa ênfase nos valores da responsabilidade individual e do esforço, enquanto a preguiça e a batota devem ser punidas.

Facilmente, depreende-se que esta visão conservadora colide, não raro, com a ênfase da esquerda na reivindicação de direitos e na promoção da justiça social através da intervenção do Estado na sociedade. Na perspectiva conservadora, a versão de justiça social que urge promover não é essa, mas sim a de libertar a iniciativa individual e vigiar aqueles que, através dos subsídios pagos pelo Estado, vivem à custa do esforço de quem trabalha (numa versão extrema e conjugada com

lealdade, esta visão pode gerar sentimentos anti-imigração). O contraste na forma como as moralidades da esquerda e de direita encaram o pilar da proporcionalidade ficou particularmente visível no passado recente, durante a Crise das Dívidas Soberanas. Enquanto os partidos da direita justificavam a necessidade de aplicar medidas de austeridade com a ideia de que o país estivera, até então, «a viver acima das possibilidades», os partidos de esquerda rejeitavam essa noção de forma visceral, defendendo explicações de outro tipo, como a de que a adesão ao Euro prejudicara o país e favorecera os países do centro da Europa.

Outro pilar que é relevante, de forma diferente, para ambas as visões políticas é o da protecção. Este é, como vimos, o pilar que tem maior peso na matriz moral da esquerda, seguido do da liberdade. A associação dos dois pilares materializa-se numa moral universalista, focada sobretudo na defesa dos explorados e das «classes trabalhadoras» e que estende a empatia a círculos cada vez mais alargados (visível hoje em dia na defesa dos direitos dos animais ou na preocupação com o planeta).

A matriz moral conservadora dá a este pilar um peso menor do que a esquerda e, de novo, associa-lhe os pilares da ética de comunidade. Nesta visão, este pilar é, por conseguinte, activado no contexto de uma moral mais particularista, focada na família ou na comunidade (religiosa ou não), bem como em relação àqueles que se sacrificam pelo grupo (desde o colega incansável até aos soldados feridos em combate pelo país).

Finalmente, o pilar da liberdade está também presente em ambas as matrizes morais, mas, tal como acontece com o da protecção, tem maior preponderância na moral da esquerda, onde surge associado sobretudo a uma aversão ao poder e à autoridade — venham eles de instituições tradicionais, como a Igreja; do poder económico; ou mesmo dos privilégios de que usufruem na sociedade os membros de grupos majoritários.

Já a moral conservadora, pela sua ênfase nos pilares da ética da comunidade, tem uma visão tendencialmente mais benigna sobre a hierarquia e instituições tradicionais. O pilar da liberdade também é importante para esta visão política. Todavia, a sua conjugação com o pilar da proporcionalidade, a que o conservadorismo dá maior relevância, materializa-se sobretudo na defesa da liberdade económica do indivíduo perante o Estado taxador e regulador.